

APRESENTAÇÃO

O caso eu conto como o caso foi. Há dois anos surgiu a idéia de se lançar, na Justiça Federal em Pernambuco, revista jurídica capaz de registrar e disseminar a produção de seus integrantes, bem como de incentivar o debate com autores de outras plagas.

Existiam, na época, iniciativas semelhantes, cada qual com o seu formato peculiar. Mas, em nossa seção judiciária, não havia periódico digno deste nome. Houve, na década passada, breve tentativa, da qual resultou um único volume, sem qualquer tratamento editorial.

Logo em Pernambuco, tão cioso de sua Faculdade de Direito, jovem senhora a caminho do bicentenário, de onde partiram tantos juristas e literatos.

Entrou em jogo, pois, o “bairrismo pernambucano”, entendido em seu sentido mais próprio: sem desprezo pelas tradições alheias, desprovido de sentimento de exclusão e males semelhantes. Apenas o desejo de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições, de fraterna inclusão no debate, baseado na fundada crença de ter contribuições a oferecer.

Apresentada a idéia ao Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. Frederico José Pinto de Azevedo, foi de pronto acolhida, composto o conselho editorial inicialmente por este signatário e pelas Dras. Carolina Souza Malta e Danielle Souza de Andrade e Silva, aos quais se juntaram posteriormente os Drs. Frederico Augusto Leopoldino Koehler e Jorge André de Carvalho Mendonça.

Ao grupo somaram-se ainda Filipe Ishigami, nosso “mais que diligente” secretário da revista, bem como Sofia Simplício Silva e José Honório da Silva Filho, que sem prejuízo de suas atribuições cotidianas encontraram tempo para revisar o texto final.

Pedindo vênias pela evidente suspeição de quem subscreve estas linhas, o primeiro volume da revista alcançou o pretendido êxito. Além de reunir a “prata da casa” (servidores, juizes, advogados, professores de nosso Estado), foi prestigiado pela comunidade acadêmica nacional. Do Rio Grande do Sul ao Ceará, passando-se pelo Paraná, por São Paulo, pela Bahia, pelo

Rio Grande do Norte, vieram gentilmente contribuições que ratificaram o caráter plural do periódico.

Este novo volume, enfim, colheu os louros do anterior (praticamente triplicou o número de artigos submetidos à análise do conselho editorial) e segue as mesmas diretrizes já mencionadas. Permanece aberto à comunidade, pernambucana e nacional, e traz novas contribuições sobre temas relevantes à experiência jurídica, além de um apêndice de natureza histórica, a fim de relembrar nossas origens e nossa missão institucional.

Um destaque, entretanto, faz-se necessário: a Justiça Federal tem investido maciçamente na formação e no aperfeiçoamento de seus recursos humanos, especialmente no que tange à Administração Judiciária. Este movimento se reflete no novo volume, compartilhando-se seus resultados com o público.

Por fim, o conselho editorial externa seus agradecimentos aos autores dos presentes ensaios, à Direção do Foro, na pessoa da Dra. Joana Carolina Lins Pereira, que deu continuidade à iniciativa, e a todos que colaboraram nesta tarefa. Ex corde!

Francisco de Barros e Silva Neto
Diretor do Conselho Editorial